

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO JESUÍTICA:  
APRENDIZAGEM INTEGRAL, SUJEITO E CONTEMPORANEIDADE – EAD**

**JÚLYA HELENA MINAS NOVAS DOS SANTOS MACEDO SEVERA**

**AUTONOMIA NO ESPAÇO ESCOLAR NO ESTUDANTE  
DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**SÃO LEOPOLDO**

**2018**

JÚLYA HELENA MINAS NOVAS DOS SANTOS MACEDO SEVERA

AUTONOMIA NO ESPAÇO ESCOLA NO ESTUDANTE  
DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Artigo apresentado como requisito parcial  
para obtenção do título de Especialista em  
Educação Jesuítica, pelo Curso de  
Especialização em Educação Jesuítica:  
Aprendizagem Integral, Sujeito e  
Contemporaneidade – EAD -da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –  
UNISINOS

Orientador:

Prof(o). Dr. Padre Sérgio Eduardo Mariucci

São Leopoldo

2018

## **AUTONOMIA NO ESPAÇO ESCOLAR NO ESTUDANTE DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Resumo:** A autonomia gera indivíduos capazes de governarem a si próprios, o que significa levar em consideração fatores relevantes, para decidir agir da melhor forma para si e para o outro. Com isso, a autonomia deve ser princípio básico das práticas pedagógicas na formação integral de estudantes. O intuito desse estudo é refletir sobre o trabalho com o desenvolvimento da autonomia em nossos estudantes e seu impacto na aprendizagem, na ação, buscando, a transformação, uma inovação no jeito de aprender; no qual o estudante será protagonista do processo e a educação terá foco na pessoa, em suas potencialidades e interesses. O papel do educador nesse processo é de fundamental importância. É importante pensar em um professor pesquisador, curioso, investigador, criativo, inovador e acreditar num espaço de democracia, para a autonomia, no estudante desde as séries iniciais da escolaridade básica.

**Palavras-chave:** Autonomia. Desenvolvimento para a autonomia. Educador. Professor. Aprendizagem integral.

## ***Introdução***

Como trabalhar a autonomia de forma efetiva dentro do espaço escolar?  
Por que é importante estimular a autonomia em nossos estudantes?

Desde o lançamento do PEC somos desafiados a refletir nossas práticas pedagógicas em vista de pensarmos em nosso estudante como centro do processo educativo. *O principal foco de todo o trabalho desenvolvido é o estudante, sujeito das atividades propostas, mediadas pelo professor...* (PEC p. 40). Como propor e criar oportunidades para que esse estudante torne-se o principal agente do seu aprendizado, para que possa vir a intervir autonomamente na sociedade? Não por acaso, o desenvolvimento de indivíduos autônomos é um valor importante em todas as propostas e estratégias dentro do espaço escolar, no âmbito das escolas jesuítas.

A autonomia pode ser estimulada a partir de diferentes estratégias. Em algumas escolas, os estudantes elaboram seus planos individuais de aprendizado, outras dão ao estudante a liberdade de fazer escolhas ao longo de sua trajetória escolar.

Tem-se falado sobre a aprendizagem e formação integral, formação da pessoa toda e para todos. Sobre não dar aulas, mas proporcionar a aprendizagem através das relações que podem acontecer dentro de um espaço educativo, pensando em formar homens e mulheres para os demais. Nossa preocupação está em repensar o currículo, a educação e novas formas de ensinar e aprender. O desafio é superar a pura transmissão e construir no contexto escolar, espaços de aprendizagem e onde todos encontrem formas criativas, lúdicas, responsáveis e organizadas de aprendizagem.

O intuito desse estudo é de reflexão sobre o trabalho com o desenvolvimento da autonomia em nossos estudantes e seu impacto na aprendizagem, na ação, buscando, a transformação, uma inovação no jeito de aprender, no qual o estudante será protagonista do processo e a educação terá foco na pessoa, em suas potencialidades e interesses.

*“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe”.*(Jean Piaget, 1982, p. 246)

Em muitas escolas, ainda hoje, se vê um currículo instrucionista com o foco em dar conta de todo o conteúdo que deve ser trabalhado, sem levar em consideração a influência que estes conteúdos terão na formação do estudante e se serão necessários e úteis na vida pessoal e profissional da pessoa. Ensina-se a todos como se fosse a um.

Tabelas de conteúdos são organizadas, as turmas são seriadas por idade e se produz currículos com propostas prontas para fazer com que os estudantes aprendam. Dessa forma é importante pontuar: Por que falhamos? Por que temos crianças que classificamos e dizemos que não aprendem?

No ensino tradicional, em que o estudante é tido como mero receptor de conhecimentos e informações, o assunto é facilmente resolvido com a aceitação de que aos educandos cabe apenas obedecer aquilo que é estabelecido pelos adultos. Por isso, a organização para a obediência é a que prevalece. Quando, porém, se toma como pressuposto a liberdade dos educandos, para se tornarem sujeitos do ensino, o processo se torna bastante complexo, porque não se trata tão somente de dar ou negar autonomia. A autonomia deve ser desenvolvida com a autoria do próprio sujeito que se fará ou se faz autônomo. Isso trará implicações imediatas para a forma de realizar-se o processo ensino e aprendizagem.

Para Antônio Nóvoa (2016), a educação deve nos levar a abrir novos mundos e novas possibilidades. A educação deve estar sempre aberta, sempre pronta para rever, para mudar, para repensar. A escola é extremamente dinâmica, por isso requer uma busca constante por novas aprendizagens.

Segundo Pacheco (2014, p. 11), sabemos e percebemos que o aprender acontece em todo o tempo e espaço: *“O que se aprende dentro de um edifício escolar, que não se possa ser aprendido fora de muros?”*. A escola é mais um

local onde as aprendizagens podem acontecer. E, muitas vezes, o estudante dentro desse espaço privilegiado e separado para aprender, parece passar despercebido. É preciso dar sentido e vida para o espaço escolar. É preciso investir em aprendizagem real dentro das escolas, investir no estudante como centro de todo o processo educativo.

Ainda, para Pacheco (2014, p.28), a escola são as pessoas, que aprendem umas com as outras, não importando o espaço físico em que estejam. Essas pessoas formam comunidades com diversidades de pensamentos, vivências e experiências. Essas comunidades são espaços de cooperação, de ação conjunta, em busca de novas aprendizagens.

Cada estudante é um ser único, irrepetível, com seu próprio tempo e ritmo. Como a escola pode pensar nesse estudante, individualmente, com aulas para uma massa de estudantes? As necessidades individuais de cada um precisam ser vistas e atendidas, para que esse estudante tenha um bom desenvolvimento dentro de um grupo. É importante percebermos a complexidade de cada ser humano. O pensamento complexo, segundo Edgar Morin (2005) nos faz ver a importância de não fragmentarmos o conhecimento, de não deixarmos de lado as relações que existem entre os conhecimentos, tendo uma visão do todo. Morin (2005) nos leva a refletir sobre a importância de mudarmos paradigmas, de valorizarmos as relações, atividades cooperativas, com atitudes significativas, para pensarmos em um sujeito autônomo no mundo, capaz de se perceber no 'todo complexo' em que está inserido.

### ***Autonomia e cooperação***

O PEC nos inspira a, seguindo a orientação de grandes educadores, pensar no educando como indivíduo único, que busca conhecer suas potencialidades, trabalhando em grupos cooperativos. E aqui, entendo que a cooperação vai muito além da colaboração. Essa cooperação é o trabalhar junto, operar junto, aprender em conjunto. Essa troca transforma através da aprendizagem gerada. É a comunicação dialógica.

*“A dialogia permite o entrecchoque de ideias, considerando como essencial a convivência com as contradições, entre estudante-estudante e estudante-professor, em um movimento espiral de troca e evolução das pessoas e daquilo que está sendo discutido.” (Patrícia Nascimento, 2012, p.1.)*

Assim, dentro de comunidades de aprendizagens o estudante tem a possibilidade de interação com o outro e com o conhecimento, gerando experiências significativas que trarão mudanças e o seu autoconhecimento.

Para isso acredito que é essencial a reflexão do papel do educador, revendo suas práticas e conceitos relativos à educação. Todo o trabalho educativo deverá ser pensado visando o estudante, sua formação, suas necessidades para desenvolver-se integralmente. Com isso, queremos e devemos enfatizar o desenvolvimento da autonomia, a possibilidade de darmos escolhas para esses estudantes, possibilidades de busca, de formação com responsabilidade, que vem do próprio estudante por seu processo de aprendizagem. A visão do educador quanto ao seu papel nesse processo precisa estar clara. Ele precisa entender que *“Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (Freire, 1999, p. 52)*

É importante que o professor esteja aberto para questionamentos, e que exerça a prática da escuta, a observação, a atenção pelo que a criança traz ou o grupo de criança traz, para juntos produzirem aprendizagens significativas. É relevante respeitar as curiosidades e gostos de cada educando, gerando assim autonomia, levando o educando a buscar seus próprios caminhos, através da busca pelo conhecimento e suas reflexões. O espaço educativo torna-se o espaço das incertezas e das perguntas, deixando aqui a pedagogia tradicional que valorizava a certeza e a verdade. A escuta não produz respostas, mas constrói perguntas, caminhos para investigação e produção de aprendizagens.

### ***Anomia, Heteronomia e Autonomia***

Segundo a teoria de Piaget a cooperação é uma categoria presente nos aspectos sociais do conhecimento, que significa psicologicamente uma superação da perspectiva egocêntrica do indivíduo. O pensamento egocêntrico

constitui-se em uma fase anterior à cooperação; para que haja uma superação é necessário a descentração, ou seja, a capacidade do indivíduo refazer o percurso cognitivo de outro sujeito, buscando compreender o pensamento do outro, afastando-se da sua lógica individual. No entendimento de Piaget, cooperação é um método construído na reciprocidade entre os indivíduos que ocorre pela descentração intelectual, havendo a construção não apenas de normas morais, mas também racionais, tendo a razão como produto.

Para Piaget (1998) o surgimento do pensamento autônomo e lógico-operatório é paralelo ao surgimento da capacidade de estabelecer relações cooperativas. Quando os agrupamentos operatórios surgem com as articulações das intuições, a criança torna-se cada vez mais capaz de agir cooperativamente. Podemos dizer que a criança atua no estágio das operações concretas quando consegue organizar as experiências num todo consistente, faz juízo racional de suas experiências, e classificações e agrupamentos, conserva estas classificações e agrupamentos, torna reversíveis as operações que efetua e pensa sobre um evento de diferentes perspectivas, simultaneamente. Para Piaget, ser autônomo significa estar apto a cooperativamente construir o sistema de regras morais e operatórias necessárias à manutenção de relações onde é necessário o respeito mútuo.

De acordo com Kesselring (1993), Jean Piaget caracterizava: “Autonomia como capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais com o pressuposto do respeito recíproco”.

Piaget coloca que a construção do princípio de autonomia se desenvolve a partir da autoconsciência. No início a consciência é centrada no eu, é o estado de anomia. Com desenvolvimento, o indivíduo reconhece a existência do outro e passa a reconhecer a necessidade de regras, de hierarquia, de autoridade. O controle está centrado no outro, o indivíduo desloca o eixo de suas relações de si para o outro, que chamamos de heteronomia. A verdade e a decisão estão centradas no outro, no adulto. Já na autonomia, as leis e as regras são opções que o sujeito faz na sua convivência social pela autodeterminação.

Para Piaget, não é possível uma autonomia intelectual sem uma autonomia moral, pois ambas se sustentam no respeito mútuo, o qual, por sua vez, se sustenta no respeito a si próprio e reconhecimento do outro como ele mesmo. A falta de consciência do eu e a consciência centrada na autoridade do

outro impossibilitam a cooperação em relação ao comum, que não existe. A consciência centrada no outro anula a ação do indivíduo como sujeito, o indivíduo submete-se às regras. Segundo Piaget este estágio pode representar a passagem para o nível da cooperação, quando, na relação, o indivíduo se depara com condições de possibilidades de identificar o outro como ele mesmo e não como si próprio. (Piaget, 1998, p.94).

“Na medida em que os indivíduos decidem com igualdade – objetivamente ou subjetivamente, pouco importa –, as pressões que exercem uns sobre os outros se tornam colaterais. E as intervenções da razão, dependem, precisamente, dessa cooperação progressiva. A razão tem necessidade da cooperação na medida em que ser racional consiste em ‘se’ situar para submeter o individual ao universal. O respeito mútuo aparece, portanto, como condição necessária da autonomia, sobre o seu duplo aspecto intelectual e moral. Do ponto de vista intelectual, liberta a criança das opiniões impostas, em proveito da coerência interna e do controle recíproco. Do ponto de vista moral, substitui as normas da autoridade pela norma imanente à própria ação e à própria consciência, que é a reciprocidade na simpatia”. (Piaget, 1977).

Ao considerar Piaget, Kamii (1990, p. 74), diz:

“A essência da autonomia é que as crianças se tornem capazes de tomar decisões por elas mesmas. Autonomia não é a mesma coisa que liberdade completa. Autonomia significa ser capaz de considerar os fatores relevantes para decidir qual deve ser o melhor caminho da ação. Não pode haver moralidade quando alguém considera somente o seu ponto de vista. Se também consideramos o ponto de vista das outras pessoas, veremos que não somos livres para mentir, quebrar promessas ou agir irrefletidamente”.

Kamii também coloca a autonomia em uma perspectiva de vida em grupo. Para ela, a autonomia significa o indivíduo ser governado por si próprio. É o

contrário de heteronomia, que significa ser governado pelos outros. A autonomia significa levar em consideração os fatores relevantes para decidir agir da melhor forma para todos.

Uma ação metodológica que considera a atuação do estudante na construção de seus próprios conhecimentos, valoriza suas experiências, seus conhecimentos prévios e a interação professor-estudante e estudante-estudante, buscando essencialmente a passagem progressiva de situações em que o estudante é dirigido por outrem a situações dirigidas pelo próprio estudante, ajudarão na formação de um cidadão autônomo.

Estudantes de 3º ano do Ensino Fundamental, que têm entre 7 e 9 anos, em sua maioria, segundo Piaget, está já em estágio operatório concreto e já é capaz de estabelecer relações e pensar, refletindo sobre suas experiências. De acordo com os estágios de desenvolvimento de Piaget, quando a criança chegar ao estágio operatório formal, mais ou menos aos seus 11 anos, poderá alcançar a autonomia. Percebemos que dentro dos estudos piagetianos, nossos estudantes não terão ainda a completa autonomia, mas poderão ser trabalhados e estimulados para que consigam alcançar esse estágio.

O desenvolvimento moral da criança, para Piaget (1998), passa por duas fases – a anomia e a heteronomia; estas fases vão sendo superadas e evoluem com o tempo, até que conquistam a autonomia.

A anomia caracteriza-se pelo egocentrismo; as crianças não sabem o que é certo ou errado, são incapazes de seguir normas. A heteronomia caracteriza-se no momento em que começam a ser respeitadas as regras impostas pelos adultos, como consequência, há o desenvolvimento unilateral em relação ao adulto, baseado em dois sentimentos principais: o afeto e o medo. A criança heterônoma julga segundo um realismo moral, isto é, as regras devem ser seguidas ao pé da letra. Normalmente ela despreza as intenções e se apega às consequências, considerando “boa” toda criança que segue fielmente as regras dos adultos. O que se deve buscar no desenvolvimento moral da criança é atingir a autonomia, baseada na capacidade de avaliar os aspectos de um fato, julgar e decidir de forma sensata.

## ***Considerações finais***

É importante ressaltar que a autonomia não é um estado psicológico geral, que uma vez atingido, esteja garantido em qualquer situação. Uma pessoa pode ter autonomia para atuar numa determinada situação, e numa outra, esta autonomia pode lhe faltar. Com isso, é necessário que a escola busque os diferentes campos de atuação, ajudando os estudantes a desenvolverem e alcançar uma postura autônoma, que somente será alcançada mediante práticas sistemáticas ao longo de toda a escolaridade.

Quando somos submetidos a uma “*educação bancária*”, nos tornamos seres passivos diante dos acontecimentos e submissos a qualquer um que se imponha ou mostre poder político, financeiro, intelectual sobre nós. A Educação, historicamente, segue esses moldes, com isso temos muitas pessoas que são um resultado do que pensam seus pais, seus líderes, a mídia... Pessoas que não foram estimuladas a refletir e pensar de forma autônoma, de acordo com o que ela pensa e acredita. Com isso também temos pessoas que não se veem como responsáveis pelo que acontece na sociedade, pois só seguiu modelos e não fez nenhuma escolha.

Desde a mais tenra idade podemos e devemos proporcionar para a criança a possibilidade de escolha, para o desenvolvimento da autonomia, situações cotidianas na sala de aula, como por exemplo o “simples” fato de a criança sentir-se capaz de escolher o desenho que quer produzir e as cores com que irá pintá-lo ou se não irá pintá-lo. Essa situação expressa os primeiros passos em direção à independência intelectual da criança em relação ao adulto. Estaremos incentivando a capacidade de tomar decisões, que já deve ser incentivada na Educação Infantil e terá reflexos no comportamento adulto, gerando um cidadão crítico.

Ao considerarmos a autonomia como objetivo educativo, é necessário atrelar a ideia de que é preciso ensinar os estudantes a pensarem. Pensar é procurar, investigar, pesquisar... Não se pode aceitar que o professor detenha controle da conduta, das atitudes e do saber da criança. Precisamos nos dar conta de que a autoridade total do adulto, numa relação unilateral, ausente de respeito mútuo, leva a criança a acreditar que somente os adultos têm razão, somente o professor está certo e ele sabe todas as coisas.

A educação democrática anda atrelada a autonomia, e o educador que se propõe a ser democrático não pode deixar de incentivar e estimular a capacidade crítica dos estudantes. Neste sentido, o ensinar não pode ser tratado em nível superficial de conteúdo, mas deve se alongar na direção da produção de condições de um ensinar e aprender criticamente. E essas condições exigem educadores e educandos críticos, conscientes de que a produção de saberes não é sinônimo de transferência de conteúdos. Percebemos assim, que a importância do papel do educador na tarefa de construir uma escola democrática passa não apenas pelo fato de ensinar, mas também ensinar criticamente e a pensar criticamente.

As aulas não podem ser dadas, as aulas devem acontecer de maneira que a aprendizagem aconteça, com um educando sendo o protagonista desse acontecimento, sem um formato já pré-moldado pelo professor. As atividades em sala de aula, nesse sentido, devem ser feitas de forma cooperativa, os estudantes trabalhando em grupo com a interferência provocativa do professor, assim tanto professor como o estudante assumem a postura de pesquisador. A empatia com o professor facilitará o processo de interação entre estudantes e professores, favorecendo o processo de motivação e engajamento para a ação e busca por novas aprendizagens.

Para isso, é importante pensar em um professor pesquisador, curioso, investigador, criativo, inovador e acreditar num espaço de democracia para a autonomia.

## ***Referências Bibliográficas:***

- EDUCAÇÃO SOB MEDIDA. <http://porvir.org/especiais/personalizacao/#home>  
Escola Básica da Ponte -**Contrato de Autonomia** - <http://www.escoladaponte.pt/ficheiros/doc/orienta/CA.pdf> - Disponível em 18/03/2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1999.
- KAMII, Constance. **A autonomia como finalidade da educação: implicações da teoria de Piaget**. In: **A criança e o número**. Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- KAMII, C. **A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos**. 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- MARTINS, Tatiana Costa. **DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A EXPERIÊNCIA DE REGGIO EMILIA**. Revista SUSTINERE, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 27-46, jan-jun, 2016.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.
- NÓVOA, Antônio. A revolução no ensino se impõe pelas crianças. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/educacao-360/a-revolucao-no-ensino-se-impoe-pelas-criancas-diz-antonio-novoa-20147817>
- PACHECO, José. **Aprender em comunidade**. São Paulo: Edições SM, 2014 - 1. Edição.
- PEC. **Projeto Educativo Comum**. Edições Loyola, 2016.
- PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- PIAGET, Jean. **Sobre a pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- PROJETO EDUCATIVO FAZER A PONTE, 2003. – <http://www.escoladaponte.pt/ficheiros/doc/orienta/PE.pdf> - Disponível em 18/03/2017.